

Educação Musical em Turmas Multisseriadas de Escolas Rurais: Um Relato de Experiência

Josefa Eliane Ribeiro Mendes
Universidade Federal da Paraíba
elianeribeirojp@gmail.com

Resumo: Esta comunicação é um recorte de pesquisa de doutorado. O estudo, que está em andamento, aborda a questão da educação musical em turmas multisseriadas de escolas rurais de um município paraibano. O objetivo da pesquisa é compreender e analisar as estratégias e processos de ensino e aprendizagem musicais efetivos e adequados para uma prática pedagógica em música nessas turmas, que agrupam alunos de idades e níveis escolares distintos. Como metodologia, foi proposta uma pesquisa-ação, onde o pesquisador aprimora sua prática ao mesmo tempo em que investiga a respeito dela. Numa abordagem qualitativa, estou realizando uma pesquisa-ação com alunos de turmas multisseriadas da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental, procurando envolver também as professoras que atuam nessas turmas. A intervenção (que envolve a minha própria atuação como professora de educação musical) foi dividida em duas etapas, sendo a primeira realizada em duas escolas municipais, entre março e dezembro de 2017, e a segunda, realizada em uma das escolas, com uma turma multisseriada de alunos do 3º ao 5º ano, no período de abril a junho de 2018. Atualmente, com o término da etapa de intervenção, encontro-me em processo de análise dos dados. Acredito que este estudo poderá trazer contribuições para a área da Educação Musical e Pedagogia, levando em consideração que os resultados sistemáticos que surgirão sobre a temática proposta poderão servir de base para outras discussões e novos trabalhos científicos sobre práticas educativo-musicais em turmas multisseriadas de escolas rurais.

Palavras-chave: Educação Musical. Educação Rural. Turmas Multisseriadas.

Introdução

A busca pelo fortalecimento do ensino nas escolas tem sido foco das políticas educacionais no Brasil nas últimas décadas. No entanto, quando falamos em educação rural/do campo, o desafio de garantir o acesso à educação a comunidades mais dispersas do país torna-se ainda maior, pois além da distância dos centros urbanos, o que ocorre é que, em muitas escolas rurais, toda a organização escolar é ajustada em turmas ou classes multisseriadas. Isso se dá, principalmente, devido ao fato de que o número de alunos por série escolar é insuficiente para preencher as vagas necessárias à abertura de turmas específicas. No que se refere à definição de classes multisseriadas, Ximenes-Rocha e Colares

(2013, p. 93) apontam que elas:

[...] caracterizam-se por reunir em um mesmo espaço físico, diferentes séries que são gerenciadas por um mesmo professor. São, na maioria das vezes, única opção de acesso de moradores de comunidades rurais (ribeirinhas, quilombolas) ao sistema escolar. As classes multisseriadas funcionam em escolas construídas pelo poder público ou pelas próprias comunidades, ou ainda em igrejas, barracões comunitários, sedes de clubes, casas dos professores entre outros espaços menos adequados para um efetivo processo de ensino-aprendizagem.

A caracterização e o conceito de escolas rurais ou do campo vêm sendo desconstruídos na Via Campesina-Brasil¹. Conforme Arroyo; Caldart; Molina (2004), para esses movimentos, a palavra “campo” tem uma conotação política de continuidade e identidade com a história das lutas camponesas internacionais, e está explicitado nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, segundo as quais:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (BRASIL, 2002, p. 267).

No decorrer da história, algumas ações foram e estão sendo desenvolvidas no sentido de implantar políticas públicas para as escolas localizadas na zona rural. Como documentos institucionais que dispõem sobre a educação do campo, encontrei Brasil (2007), que aborda os marcos institucionais, faz um breve histórico sobre a educação do campo, traz conceitos sobre a educação na zona rural, trata da legislação brasileira e a educação do campo, entre outros temas bastante relevantes.

Da mesma forma, Brasil (2012) apresenta os marcos normativos para a educação do campo, que passam pelo Parecer nº 36, de 04 de dezembro de 2001, até o Decreto nº 7.352,

¹A Via Campesina é uma articulação internacional dos movimentos sociais rurais do campo nos cinco continentes, da qual não somente o MST faz parte, assim como outras organizações rurais existentes no Brasil, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento das Mulheres Camponesas(MMC); a Pastoral da Juventude Rural; e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). (MELO, 2017).

de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Sobre a necessidade de uma educação diferenciada para as comunidades rurais, um documento do próprio Ministério da Educação (MEC) afirma que

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente e inovador, e ganhou força a partir da instituição, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos. (BRASIL, 2007, p.9).

A Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino. Nelas deverão ser observadas as peculiaridades e necessidades da escola rural, procurando definir uma identidade própria, baseando-se nos conhecimentos prévios dos alunos, como podemos verificar em Parágrafo Único do Art.2º dessa mesma resolução:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002, p. 1).

Pude observar, nas propostas atuais de Educação Musical, que muitos autores enfocam a importância de um trabalho pedagógico musical que valorize os conhecimentos prévios dos alunos e leve em consideração seu contexto sociocultural.

Penna (2012, p. 82) faz uma discussão sobre como reconhecer, acolher e trabalhar com a diversidade cultural no processo pedagógico e como “a educação musical pode tratar as múltiplas manifestações musicais, que expressam poéticas e práticas sociais distintas.” Para isto, tomou por base o conceito de multiculturalismo. Desse modo, a autora ressalta que

[...] a preocupação com a multiculturalidade resulta dos desafios colocados por sociedades cada vez mais plurais e menos homogêneas,

em que convivem diversas etnias, hábitos culturais e valores diferenciados – por vezes em conflitos. (PENNA, 2012, p. 87).

Arroyo (2014) discute que cada vez mais a área da Educação Musical torna consensual a necessidade em considerar o contexto cultural onde o ensino e a aprendizagem acontecem. Nesse sentido, Souza (2014, p. 10) aponta que

Há, pois, necessidade de construirmos uma educação musical escolar que não negue, mas leve em conta e ressignifique o saber de senso comum dos alunos diante das realidades aparentes do espaço social e se realize de forma condizente com o tempo-espço da cultura infanto-juvenil, auxiliando a construírem suas múltiplas dimensões de ser jovem/criança.

Na atual sociedade, mesmo com alunos de escolas localizadas na zona rural/campo, é perceptível que estão expostos a inúmeros estímulos musicais que são veiculados pelos diversos meios de comunicação, diminuindo, a certo modo, a distância entre a zona rural e a urbana. Dessa forma, Queiroz (2014, p. 102) destaca:

[...] que cada sociedade está sujeita a uma infinidade de músicas que, naturalmente, são veiculadas por diferentes meios, exercendo um impacto maior ou menor, benéfico ou maléfico, unicultural ou multicultural, de acordo com o grau de consciência e formação estética, artística e cultural de cada contexto social.

Por todas essas questões apresentadas, acredito que todo trabalho musical significativo deva levar em consideração a bagagem cultural que cada aluno traz para a sala de aula, visto que cada um faz parte de um contexto sociocultural e passa por vivências distintas e que merecem ser partilhadas.

Com relação às dificuldades enfrentadas pelas pessoas que moram na zona rural, pode-se dizer que são inúmeras, entre as quais posso citar, em alguns casos, a distância das zonas urbanas, o difícil acesso às escolas, o aspecto geográfico no que diz respeito ao ambiente de trabalho, por vezes a falta de redes de esgoto, água encanada, luz elétrica, dentre outras.

Diante desse quadro, a questão da educação na zona rural e de turmas multisseriadas vem sendo objeto de estudo em diversos níveis acadêmicos e em áreas bastante diversificadas, levantando muitas discussões sobre as propostas de ensino na

perspectiva da educação para o campo de forma contextualizada e condizente com a realidade das comunidades rurais. Souza e Santos (2014) apresentam pesquisa sobre a educação rural e multisseriação, promovendo importante discussão sobre questões históricas vinculadas às classes multisseriadas no contexto nacional e internacional. Os autores salientam também que as pesquisas sobre essa temática têm sido bem escassas nas universidades e que um levantamento no banco de Resumos de Teses e Dissertações da CAPES permitiu identificar “apenas 47 trabalhos defendidos no país entre 1987 e 2010, sendo 41 dissertações e 6 teses”.

Especificamente sobre atividades musicais desenvolvidas em escolas rurais, encontrei poucas pesquisas brasileiras que abordam a temática. Como exemplo, posso citar os trabalhos de Silva Júnior (2013), que trata sobre o ensino de música nas escolas públicas municipais da área rural dos Barreiros – PE; o estudo de Rosa (2015), que teve como objetivo compreender se (e como) o trabalho com música nas escolas do campo pode contribuir no processo de reconhecimento dos sujeitos do campo e na valorização da sua identidade. E ainda, a investigação de Pereira (2016), que traz uma análise do projeto Música ao campo, implantado no Assentamento Taquaral, município de Corumbá – MS.

Na literatura internacional, encontrei também a pesquisa de Isbell (2005), que trata das dificuldades que os professores de música da zona rural enfrentam, desde a insuficiência de recursos, o isolamento geográfico, a evasão nas turmas, até o acúmulo de funções quando eles têm que dirigir ônibus, treinar equipes esportivas ou até mesmo aconselhar clubes de alunos.

Desse modo, considero a presença das práticas e atividades musicais nas escolas – sejam elas urbanas ou rurais – muito importante para o processo de desenvolvimento dos alunos da educação infantil e ensino fundamental como um todo²; e pode ser visto como um tema de grande relevância para contribuir como mais uma possibilidade de trabalho com música nas escolas.

Sobre a motivação para a pesquisa

² Para um maior aprofundamento sobre este tema ver Belochio (2014); Marinho e Queiroz (2009), Queiroz e Marinho (2014) e Queiroz (2014).

Com a presença da música como conteúdo obrigatório do ensino de arte nas escolas, promovida pela Lei 11.769/2008, a área da Educação Musical conquistou um espaço significativo em escolas públicas de todo país, ampliando o acesso de inúmeros estudantes à linguagem musical. No entanto, em maio de 2016, a Lei Nº 13.278 altera o § 6º do art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394/1996 –, referente ao ensino da arte, que passa a abranger, também, as "artes visuais, a dança, a música e o teatro" (Brasil, 2016a - Art. 1º § 6º). Conforme o Art. 2º dessa lei, o prazo para que os sistemas de ensino implantem essas mudanças, incluindo a necessária e adequada formação dos respectivos professores em número suficiente para atuar na educação básica, é de cinco anos, a partir da data de sua publicação.

Paralelamente, em 10 de maio de 2016, o Conselho Nacional de Educação publica a Resolução nº 2, que define Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica, que

[...] tem por finalidade orientar as escolas, as Secretarias de Educação, as instituições formadoras de profissionais e docentes de Música, o Ministério da Educação e os Conselhos de Educação para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica, conforme definido pela Lei nº 11.769/2008, em suas diversas etapas e modalidades. (BRASIL, 2016b, p.1).

No entanto, quando se fala de escolas localizadas na zona rural, os efeitos dessas mudanças tornam-se ainda mais complicados, quer seja por questões geográficas que dificultam o acesso, ou até mesmo por questões políticas que dificultam a contratação de professores especializados na área de música.

A afinidade com essa temática surgiu de minha atuação como professora da rede de um município situado próximo a João Pessoa, capital da Paraíba, e também da carência de estudos sistemáticos sobre Educação Musical em turmas multisseriadas de escolas rurais/do campo. Como pesquisadora e também professora tinha um particular interesse em verificar que processos de ensino e aprendizagem musicais são efetivos e adequados para um trabalho pedagógico que considere as características das turmas multisseriadas de escolas rurais de um município paraibano, e como os professores de uma escola rural desse mesmo município conduzem suas aulas em classes multisseriadas e se desenvolvem alguma

atividade musical nessas turmas.

No período de 11 anos em que atuei nesse município, cuja rede tem a maior parte de suas escolas em área rural, foi possível observar como a presença da música era marcante nas turmas de educação infantil e ensino fundamental I, visto que as professoras a utilizavam em vários momentos do período escolar, como por exemplo, na hora de dar bom dia, em dinâmicas de socialização, para formar filas, hora do lanche e até mesmo para pedir silêncio.

Também atuei em um programa social, em que foi possível perceber como a música contribuía para a socialização das crianças e adolescentes que participavam do programa. (MENDES, 2011). No entanto, nesses dois contextos, a música era utilizada como ferramenta pedagógica e/ou de inclusão social, de modo que as prioridades eram focadas no educando, deixando de lado questões importantes como a efetiva aprendizagem musical e a formação qualificada dos professores.

Diante desse quadro, estou desenvolvendo uma pesquisa-ação em duas escolas rurais que promovem atividades de educação musical em turmas multisseriadas do ensino fundamental I, centradas no desenvolvimento musical dos alunos, buscando, ainda, na medida do possível, envolver nesse processo os(as) professores(as) que atuam nessas turmas.

Para a área de Educação Musical, a discussão de como a música vem sendo utilizada em turmas multisseriadas de escolas rurais paraibanas, assim como a ampliação de conceitos musicais, junto ao alunado e professores, pode trazer contribuições que servirão de ponto de reflexão para a prática de muitas escolas, sobretudo as situadas no campo, podendo entrar, inclusive, na pauta de discussões das representações pedagógicas da Secretaria de Educação do município em questão, bem como em outras escolas rurais de nosso Estado. Por outro lado, mesmo se a pesquisa identificar problemas na efetivação do cumprimento de nossos objetivos, o resultado deste trabalho também poderá trazer reflexões para a melhoria da implantação e execução de políticas públicas para a educação no campo, no município paraibano onde a pesquisa está sendo desenvolvida.

Dessa forma, acredito na relevância deste trabalho, por destacar esta temática tão emergente e apontar questões relevantes e necessárias para discussões mais concretas, que

possam nos dar um suporte na reflexão e compreensão de novos caminhos e perspectivas para a utilização da música em escolas situadas na zona rural e que a desenvolvem com classes multisseriadas, na busca por um ensino público, eficiente e de qualidade.

Sobre a Escola das Mangabeiras³

A Escola das Mangabeiras está localizada em uma comunidade rural de um município paraibano, cerca de 25 km de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. O acesso não é dos melhores. Todos os dias, um veículo parte da Secretaria da Educação desse município, com as professoras que atuam no local.

São aproximadamente 20 minutos de estrada de terra, com muitos buracos, e em tempo de chuva, quase não dá para passar. Atuam no local uma supervisora (que visita a escola pelo menos uma vez por semana); duas professoras (sendo que uma delas também acumula a função de diretora); e uma merendeira (que também acumula a função de serviços gerais).

Com relação às turmas, estão organizadas em seis séries, em duas turmas multisseriadas: a primeira atende alunos da Pré-escola II, 1º e 2º anos, e a segunda com alunos do 3º, 4º e 5º anos, com um total de 31 alunos⁴.

A escola é bem pequena, tem duas salas de aula, uma cantina, sala da direção, dois banheiros e uma área externa que seria destinada a um ginásio. Conforme a professora/diretora Cristina, que atua na instituição há 22 anos, a organização escolar sempre foi feita com turmas multisseriadas, começando com duas séries, até chegar às seis da atualidade.

Ela também relatou que o relacionamento dos professores e funcionários com a comunidade é muito bom, visto que, por ser de pequeno porte, todos se conhecem, inclusive ela própria nasceu e se criou no local⁵, frequentando a mesma escola que dirige

³ O nome da escola, bem como dos professores, funcionários e alunos, foram trocados a fim de preservar o anonimato dos envolvidos.

⁴ Segundo a supervisora Cleane, essa organização em turmas multisseriadas está contemplada no Projeto Político Pedagógico da escola.

⁵ Percebe-se na fala de Cristina que ela sente muito orgulho em pertencer a essa comunidade e de ter estudado na escola em que atua como professora e diretora, mostrando-se como exemplo vivo de que a educação pode mudar a vida das pessoas. Sendo filha de pai agricultor e analfabeto, ela agarrou todas as

hoje em dia. Desse modo, muitos alunos pertencem a uma mesma família. Esse fato implica diretamente no quesito frequência, tendo em vista que, por morarem nas proximidades, a presença dos alunos na escola é de quase 100% no decorrer do ano letivo.

Sobre as práticas musicais da escola

Com relação às atividades musicais desenvolvidas na escola, Cristina, que atua com as séries do 3º ao 5º ano, relatou que não desenvolvia nenhuma atividade musical, exceto quando a supervisora repassava os projetos da Secretaria da Educação, para atender a demanda das datas comemorativas inseridas no calendário escolar.

Porém, a professora Ivanê, que atua há dois anos nesta escola com as séries iniciais, ou seja, Pré-escola II, 1º e 2º anos, estava desenvolvendo algumas atividades de canto e confecção de instrumentos musicais com materiais alternativos, no período em que eu desenvolvia o trabalho de campo. Ela argumenta que teve noções da linguagem musical na disciplina de Oficina Básica de Música, no extinto curso de Educação Artística da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e passou a utilizar atividades musicais como recurso pedagógico para melhorar a aprendizagem dos alunos e também nas apresentações de datas comemorativas da escola.

As professoras lamentam o fato de não haver infraestrutura para que a Secretaria da Educação pudesse investir em mais salas de aula e disponibilizasse instrumentos musicais e professores qualificados para atuarem em práticas musicais diversas na escola. Elas acreditam que seria uma boa oportunidade de estimular e encaminhar os alunos para um possível caminho profissional.

Sobre as atividades musicais desenvolvidas

Foram 18 encontros com as turmas das professoras Cristina e Ivanê no período de abril a novembro de 2017. Minha intenção era buscar as melhores estratégias para o ensino da música em turmas multisseriadas. Passei alguns encontros observando a prática das professoras antes de iniciar minhas aulas.

oportunidades que lhe foram proporcionadas. Sua esperança é que seus alunos sigam seu exemplo e que, ao sair dessa escola, continuem seus estudos até adquirirem uma profissão.

Observei como as professoras passavam suas atividades nessas turmas com idades e faixas etárias diversas, e como os alunos de séries mais avançadas auxiliavam os mais novos. A partir dessas observações fui tentando ajustar as atividades musicais com essas características. Resolvi experimentar duas linguagens musicais, o canto coral e a flauta doce, essa segunda bem mais difícil, pois nem a escola nem os alunos tinham esse instrumento. Desse modo, decidi trabalhar a flauta doce apenas com os alunos do 3º, 4º e 5º anos, com cerca de 18 alunos. No entanto, para que isso fosse possível, eu e a professora Cristina resolvemos custear os instrumentos.

Nossos encontros aconteciam uma vez por semana e eu ia e voltava no transporte cedido pela Secretaria da Educação. Chegávamos às 7 horas e saíamos às 11 horas. No primeiro horário, eu ficava com a turma da professora Ivanê, do Pré-escolar II ao 2º ano, onde procurava atuar de forma mais lúdica, trabalhando com atividades de percepção auditiva e canções simples, com o acompanhamento da bandinha rítmica e do violão. Abaixo, um exemplo de aula aplicada a essa turma.

Quadro 1: Exemplo de aula aplicada

Escola das Mangabeiras	Aula 3 – trabalhando com	Data: 03/05/2017
Local: Sala de aula	vozes de animais e canto coral	Turmas: Pré-escola II, 1º e 2º anos

1º momento: Em círculo, conversa informal com os alunos sobre como eles tinham passado o fim de semana, buscando sondar se foram a alguma apresentação musical.

2º momento: A professora distribui cartelas com figuras de 10 animais diversos e pedacinhos de emborrachados (EVA) para eles marcarem o bingo sonoro⁶. De posse do material, a professora toca, em aparelho de som, sons de vozes de animais e, um por um, as crianças, ao identificá-los, marcam a figura do animal correspondente. Após todos terem ouvido, identificado e marcado a figura correspondente ao som, todos imitam o animal cujo nome era dito pela professora.

3º momento: A professora entrega a letra de uma música⁷ curta e simples para que os alunos coleem em seus cadernos. Como a maioria ainda não sabe ler, a professora fala cada frase para que eles repitam. Em seguida, a professora canta a música completa, acompanhando-a ao violão, e depois, frase por frase, para que os pequenos memorizem.

⁶ Essa atividade pode ser encontrada no livro *Jogando com os sons e brincando com a música*, de Annunziato (2002).

⁷ Nessa aula, a música trabalhada foi O Sabiá, de Carmen Mettig Rocha.

Em aulas posteriores, quando as crianças já tiverem aprendido a música, a professora deve inserir os instrumentos da bandinha ou instrumentos alternativos.

Fonte: Elaboração própria (2017).

Após o lanche e o intervalo, eu ficava com a turma da professora Cristina, que eram as do 3º, 4º e 5º anos. Nessas turmas eu também trabalhei atividades de percepção auditiva, respeitando a faixa etária dos alunos. Nelas, também iniciei o trabalho com flauta doce. Comecei as aulas trabalhando questões como partes desse instrumento (cabeça, corpo e pé), postura corporal apropriada para a execução da flauta, forma correta de segurá-la, pontos de apoio (polegar direito e esquerdo), respiração, embocadura, entre outras. Em seguida trabalhei notas longas com as notas SI e LÁ. Encerrei essa parte instrumental com uma música do método Flauta Doce – Vol. I – para grupos de iniciantes, de Souza (s.d.)⁸, que se chama Baião para a Nota Si, como pode ser visto na figura abaixo.

FIGURA 1 – Partitura da música Baião da Nota Si

BAIÃO PARA A NOTA SI

Leda Nassif Souza

Descant Recorder

7
D. Rec.

14
D. Rec.

Fonte: Souza (s.d.).

Ainda nesta turma foram desenvolvidas atividades de canto coral, dessa vez com alguns exercícios de respiração e empostação vocal. As músicas que eram passadas na turma da professora Ivanê também eram passadas nessa turma. No entanto, pela faixa etária,

⁸Para o trabalho com flautas doce utilizei dois métodos, que são: Método de Iniciação Musical para Jovens e Crianças – Flauta Doce, Vol. 1, de Suzigan e Mota (2002), e o Método Flauta Doce – Vol. I – para grupos de iniciantes, de Souza (s.d.).

trabalhei canções mais longas com acompanhamento de alguns instrumentos de percussão e até das flautas, quando estava mais próximo de encerrar minhas atividades na Escola das Mangabeiras. Para o final do ano preparei uma apresentação natalina, e os flautistas apresentaram canções simples para os pais e os demais alunos.

Considerações finais

Após esse período de observação e intervenção em turmas multisseriadas de uma escola rural de um município paraibano, pude observar algumas características que podem favorecer a aprendizagem musical, como por exemplo, o fato das turmas serem pequenas, todos os alunos se conhecem bem, por serem parentes ou vizinhos. Esse fato facilita a troca de informações sobre as aulas de música e até de tocarem as músicas passadas juntos, nos dias em que não há aula.

Nas salas de aula observei também que nas aulas regulares com as professoras regentes, os alunos de séries mais adiantadas auxiliam os menores na execução das tarefas, embora muitas vezes a atividade seja completamente diferente. Já nas aulas de Educação Musical, esse auxílio independe da série ou da faixa etária, ou seja, quem tem mais facilidade ajuda a quem não tem.

Atualmente, minha pesquisa encontra-se em andamento, mas espero que esse estudo se acrescente a outros que promoverão o aumento das produções que investigam sobre os temas escolas rurais/do campo, turmas ou classes multisseriadas e principalmente as questões específicas da Educação Musical nesses contextos, visto que considero essas discussões bastante relevantes, tanto para a Educação Musical quanto para a Pedagogia.

Dessa forma, buscarei em momento oportuno partilhar os resultados de meu estudo, esperando compreender esse contexto, suas possibilidades e contribuições para a Educação Musical. Assim, acredito poder fomentar a reflexão e discussão, em nossa área, sobre atividades de Educação Musical em turmas multisseriadas de escolas rurais/do campo.

Referências

ANNUNZIATO, Vania Ranucci. **Jogando com os sons e brincando com a música**. São Paulo: Paulinas, 2002.

ARROYO, Margarete. Um olhar antropológico sobre práticas de ensino e aprendizagem musical. **Revista da ABEM**, v. 8, n. 5, 2014.

ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. Educação musical: olhando e construindo na formação e ação de professores. **Revista da ABEM**, v. 9, n. 6, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002.

_____. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do campo: marcos normativos**. Brasília: SECADI, 2012. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes operacionais para a educação básica**. Censo Escolar. Brasília: MEC. SEB, DICEI, 2012.

_____. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília: Secad/MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/13605-cadernos-tematicos-da-secad>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. **Lei 13.278, de 02 de maio de 2016**. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, referente ao ensino da arte. Brasília, 2016a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13278.htm>. Acesso em: 22 mar. 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 10 de maio de 2016**. Define Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica. Brasília, 2016b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14875-pceb012-13&Itemid=30192>. Acesso em: 22 mar. 2017.

ISBELL, Daniel. Music education in rural areas: a few keys to success. **Music EducatorsJournal**, v. 92, n. 2, p. 30-34, 2005. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3400194?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 03 out. 2016.

LINHARES, Maria Yedda Leite; CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MARINHO, Vanildo Mousinho; QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. **Práticas para o ensino da música nas escolas de educação básica**. Associação Brasileira de Educação musical-ABEM, p. 60, 2009.

MELO, Paula Reis. **25 Anos do MST: um breve histórico de sua visibilidade midiática**. [2017]. Disponível em: <https://www.ufpe.br/memoriaemovimento/artigo_paula.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

MENDES, Josefa Eliane Ribeiro. Ensinar e aprender música no PETI de João Pessoa: um relato de experiência no processo musical. In: CONGRESSO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 20, 2011, Vitória-ES. **Anais...** Vitória: ABEM, 2011, p. 1022-1029.

PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PEREIRA, Sérgio da Silva. Música ao campo: uma proposta de educação musical no campo. **Revista NUPEART**, v. 15, n. 15, p. 62-76, 2016.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Educação musical e cultura: singularidade e pluralidade cultural no ensino e aprendizagem da música. **Revista da ABEM**, v. 12, n. 10, 2014.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva; MARINHO, Vanildo Mousinho. Educação musical nas escolas de educação básica: caminhos possíveis para a atuação de professores não especialistas. **Revista da ABEM**, v. 15, n. 17, 2014.

ROSA, Venilda Esmerio da. **Música nas escolas do campo: diálogos sobre identidade e cultura camponesa**. 2015. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo. Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul / PR, 2015.

SILVA JÚNIOR, José Davison da. O ensino de música nas escolas públicas municipais da área rural dos Barreiros /PE . In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPOM / ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 23, 2013, Natal. **Anais...** Rio Grande do Norte: ago. 2013. Disponível em:

<<http://www.anppom.com.br/congressos/index.php/23anppom/Natal2013/paper/viewFile/2288/376>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

SOUZA, Jusamara. Educação musical e práticas sociais. **Revista da ABEM**, v. 12, n. 10, 2014.

SOUZA, Elizeu Clementino de; SANTOS, Fábio Josué Souza dos. Educação rural e multisseriação: rompendo silêncios e indicando horizontes. In: SILVA, Maria Abádia; CUNHA, Célio da (Orgs.) **Educação básica: políticas, avanços e pendências**. Campinas-SP; Brasília-DF: Autores Associados; UNB, 2014, p. 315-345. V. 1.

SOUZA, Leda Nassif. **Flauta Doce para grupos iniciantes**. [s.l.: s. n.], s/d. [Digitado]. V. 1.

SUZIGAN, Maria Lucia Cruz; MOTA, Fernando. **Método de Iniciação Musical para Jovens e Crianças – Flauta Doce**. 2. ed. São Paulo: G4 Editora, 2001. V. 1.

XIMENES-ROCHA, Solange Helena; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. A organização do espaço e do tempo escolar em classes multisseriadas: na contramão da legislação. **Revista Histedbr on-line**, v. 13, n. 50, p. 90-98, maio 2013. ISSN – 1676-258.